

**TERMO DE REFERÊNCIA nº 004/2023****PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS****SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****(Processo Administrativo n.º .....)****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Aquisição de cestas básicas, em caráter emergencial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social temporária em virtude das fortes chuvas que assolaram o município no dia 21 de fevereiro do corrente ano.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	CESTA BÁSICA - Composição: 2 kg de Açúcar Refinado 5 kg de Arroz polido (agulhinha) Tipo 1 1 emb. de Biscoito Salgado. Tipo Cream – Cracker 1 emb. de Biscoito doce, tipo recheado 500g de café 1 emb. de Molho de Tomate 500g Farinha de Mandioca 1 kg de feijão preto – Tipo 1 500g de Fubá 1 kg de farinha de trigo 400g de Leite em pó 500g de Macarrão espaguete 1 Óleo de soja 1 kg de sal 1 lata de Sardinha 1 lata de salsicha (Os produtos deverão ser entregues em fardos transparentes resistentes ou caixas próprias devidamente identificadas)	Und	2.000	R\$ _____	R\$ _____

1.2. A contratação se dará por dispensa de licitação, com fulcro no inciso VIII, do art. 75, da Lei 14.133/2021

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

1.5. O custo estimado da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXX)

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. No último dia 21/02/2024 o município de Queimados foi assolado por fortes precipitações pluviométricas, caracterizadas por chuvas intensas, com duração de aproximadamente 8h, sendo registrados 156.8mm de chuvas, que perduraram até a madrugada do dia 22/02/2024. Em decorrência, ocorreram alagamentos, deslizamentos e outros danos diversos aos munícipes.

2.2. De acordo com a Defesa Civil, o número de pessoas afetadas pelas chuvas, até o momento, é de 50.000 (cinquanta mil), dentre esses, 42 desabrigados e 1.000 (mil pessoas) desalojadas.

2.3. Diante da situação, foi decretada a Situação de Emergência, através do Decreto nº 3059, de 22 de fevereiro de 2024.

2.4. As equipes da SEMAS, da Defesa Civil, Secretaria de Obras e Secretaria de Serviços Públicos estão desde a madrugada do dia 22 realizando mapeamento das famílias afetadas, acolhendo as demandas e fazendo os atendimentos necessários.

2.5. Considerando a situação de emergência que o município se encontra e o quantitativo de munícipes afetados pelas chuvas, a capacidade de imediato atendimento às necessidades emergenciais da população resta comprometida, uma vez que esta Secretaria não dispõe de estoque

2.6. As equipes técnicas da SEMAS tem dado continuidade à realização de visitas domiciliares nas áreas apontadas pela SEMDEC a fim de alcançar todos os atingidos, entretanto, os bairros afetados não foram ainda visitados em sua totalidade, significando que restam famílias e/ou indivíduos afligidos pelas chuvas aguardando atendimento.

2.7. Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, estão recebendo munícipes e acolhendo suas demandas recorrentes desta situação de emergência.

2.8. A situação emergencial que os munícipes vivenciam deflagra um agravamento da crise já vivenciada por estes pois, além das intempéries climáticas atingirem as casas, soma-se a este fator que a população, em sua grande maioria de trabalhadores informais, teve perdas de mercadorias, barracas, trailers, etc, os quais também foram danificados, o que significa dizer que estarão por um período sem condições de incrementar e/ou garantir sua renda, em última instância, comprometendo a alimentação e a sobrevivência de suas famílias.

2.9. A Resolução nº 109/2019 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, descreve os serviços de apoio e proteção à população atingida por situações de emergência, com a oferta de atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

2.10. A aquisição das cestas básicas apresenta-se como medida essencial para assegurar condições mínimas sociais às famílias e/ou indivíduos, a fim de superar a situação de perda que se encontrarem e mitigar seus efeitos, no contexto de vulnerabilidade temporária e de urgência, em razão da catástrofes climáticas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. Para fins de escolha da melhor solução, diante da situação de emergência apresentada, a solução mais viável para atendimento à necessidade consiste na aquisição das cestas básicas para atendimento emergencial aos munícipes atingidos pelas chuvas.

3.2. A aquisição do objeto se dará mediante análise do melhor preço, considerando a vantajosidade e economicidade para a administração.

3.3. O objeto deve ser entregue em perfeitas condições, conforme normas e legislações vigentes, acompanhados da respectiva nota fiscal.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Subcontratação**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de entrega**

5.1. As cestas básicas deverão ser entregues de forma imediata, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O objeto deve ser entregue em perfeitas condições, conforme normas e legislações vigentes, acompanhados da respectiva nota fiscal.

5.4. Todos os custos referentes à entrega deverão ocorrer por conta da contratada.

5.5. Os bens deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Rua Otília, nº 1496 - Centro - Queimados - RJ, de 2a. à 6a. feira, no horário das 8h às 17h.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia corrido, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.8. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da notificação pela contratante, o objeto com avarias ou defeitos.

5.9. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

5.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **Obrigações do fornecedor/Contratada**

5.11. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo e Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela CONTRATADA.

5.12. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas, decorrentes de danos seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigida por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente objeto.

5.13. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante.

5.14. Assumir, objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela entrega dos itens, correndo por sua conta os ônus inerentes, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes a contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, providenciando imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios.

5.15. Responsabilizar-se pelo transporte dos materiais até o local de entrega disposto neste Termo de Referência.

#### **Obrigações da Contratante**

5.16. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.17. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de uma comissão especialmente designada.

5.18. Efetuar o pagamento à Contratada mediante a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente discriminada e atestada pela comissão própria.

5.19. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste Termo;

## 6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC, a saber:

- 6.1.1. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- 6.1.2. mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- 6.1.3. utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- 6.1.4. avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- 6.1.5. proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;
- 6.1.6.A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
  - 7.3.1.O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
  - 7.3.2.O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

- 7.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.6.1.A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.13. Habilitação Jurídica:**

8.13.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.13.2. Em caso de Empresário individual: *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

8.13.3. Em caso de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.13.4. Em caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.5. Em caso de Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.13.6. Em caso de Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.13.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

8.14.1. ***Em caso de Pessoa Física: prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);***

8.14.2. ***Nos demais casos:***

8.14.2.1. *prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

8.14.2.2. *prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.*

8.14.2.3. *prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);*

8.14.2.4. *declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;*

8.14.2.5. *prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.*

8.14.2.6. *prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

8.14.2.6.1. *O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.*



8.14.3. *prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;*

8.14.3.1. *caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.*

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 231.720,00 (duzentos e trinta e um mil, setecentos e vinte reais)

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Queimados.

10.2. A contratação dos itens referentes ao Lote I será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 45101
- II) Fonte de Recursos: 660
- III) Programa de Trabalho: 08.244.0244.4.544
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00
- V) Ficha: 3362

Queimados, 26 de fevereiro de 2024.

Responsável pela elaboração:



Documento assinado digitalmente  
WILZA MOTA VIEIRA  
Data: 26/02/2024 13:03:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WILZA MOTA VIEIRA  
Coord. de Informações Gerenciais

Acolho,

CRISTIANE LÔBO LAMARÃO SILVA  
Secretária Municipal de Assistência Social

## ANEXO I MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

### PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS		DISPENSA ELETRÔNICA Nº XXXX/2024 A REALIZAR-SE EM: XX/XX/202X ÀS XX:XX HORAS		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
PROCESSO XXX/2024/09				
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Queimados, pelos preços abaixo assinalados obedecendo rigorosamente as condições estipuladas no Termo de Referência nº 004/2024		00.000.000/0000-00  RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  Endereço, número e complementos Bairro e CEP Cidade - Estado		
<b>OBJETO:</b> Aquisição de cestas básicas, em caráter emergencial, visando atender famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social temporária em virtude das fortes chuvas que assolaram o município no dia 21 de fevereiro do corrente ano.				
PROPOSTA DE PREÇOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CESTA BÁSICA - Composição: 2 kg de Açúcar Refinado 5 kg de Arroz polido (agulhinha) Tipo 1 1 emb. de Biscoito Salgado. Tipo Cream – Cracker 1 emb. de Biscoito doce, tipo recheado 500g de café 1 emb. de Molho de Tomate 500g Farinha de Mandioca 1 kg de feijão preto – Tipo 1 500g de Fubá 1 kg de farinha de trigo 400g de Leite em pó	2.000		

500g de Macarrão espaguete 1 Óleo de soja 1 kg de sal 1 lata de Sardinha 1 lata de salsicha (Os produtos deverão ser entregues em fardos transparentes resistentes ou caixas próprias devidamente identificadas)			
<b>TOTAL</b>			
VALOR POR EXTENSO:			
DADOS BANCÁRIOS DO LICITANTE:			
AGÊNCIA (NOME/Nº):			
CONTA CORRENTE:			
OBSERVAÇÕES:			
1º – a proposta de preços deverá ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras	* Prazo de execução conforme o TR.		
	* Validade da PROPOSTA: Preços válidos por 60 (sessenta) dias.		
* Conter os preços em algarismos e por extenso	* O Proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS, a cumprir os termos nela contidos.		
Em: _____, XX/ XX/ 202X	<div style="border-top: 1px solid black; text-align: center;"> Firma proponente – Assinatura do Responsável </div>		

## **ANEXO II**

### **PESQUISA PRELIMINAR DE CUSTOS**